ZH ZERO HORA

Publicado em 02/05/2022 - 05:54

Ano de eleições encurta prazo para votações importantes no Congresso

O que pode ser votado ou não no Congresso antes do recesso

Cenário eleitoral trava discussão sobre medidas como alteração no sistema tributário, mas há chance para pacote trabalhista

PAULO EGÍDIO
paulo.egidio@zerohora.com.br

Iniciado o mês de maio, o Congresso Nacional tem dois meses e meio de trabalho pela frente até o recesso parlamentar, que começa em 18 de julho. Essa é considerada a última janela para votações relevantes em 2022. Após o recesso, os trabalhos em plenário são reduzidos drasticamente em razão da campanha eleitoral, visto que a maioria dos deputados e boa parte dos senadores devem disputar a reeleição ou outros cargos em outubro.

Embora sejam 11 semanas disponíveis para debates e votações de projetos, os parlamentares não devem apreciar reformas estruturantes que tramitam nas casas legislativas, como modificações no sistema tributário e nas regras do Imposto de Renda. Outro tema relevante que dificilmente será pautado é a privatização dos Correios, já aprovada na Câmara, mas com dificuldades para andar no Senado.

Prioridades

Em contrapartida, outras propostas devem ganhar espaço, impulsionadas pelo crescente clima da disputa eleitoral. Sejam medidas provisórias do Executivo para beneficiar setores da economia e acenar para a população em geral, sejam projetos que agradem nichos específicos de eleitores identificados com o presidente Jair Bolsonaro e congressistas aliados.

Na oposição, além de barrar as iniciativas do governo, uma das metas é levar à votação na Câmara o projeto que torna crime o financiamento e a disseminação de fake news. O texto encontra resistência no Palácio do Planalto, que alega ameaças à liberdade de expressão. A proposta já passou pelo Senado, mas terá de voltar à análise da Casa pois foi modificada pelo relator na Câmara, Orlando Silva (PCdoB-SP).

Outras matérias que ainda não estão tramitando podem entrar na pauta, como um novo Refis (programa de renegociação de dívidas com a União) e um subsídio à aquisição de itens como combustível e gás de cozinha. A proposta conta com resistências na equipe econômica, mas é defendida pela ala do governo preocupada com a rejeição de Bolsonaro, fator que dificulta as chances de reeleição.

Analistas consultados por ZH avaliam que a proximidade da eleição inviabiliza a construção de acordos para a apreciação de propostas como a reforma administrativa, que mexe na estrutura das carreiras de servidores públicos, ou a reforma tributária, que enfrenta resistência em segmentos da economia.

– Em ano eleitoral, deputado ou senador não quer se indispor com eleitores, possíveis eleitores ou setores econômicos que podem ser importantes na sua campanha – pondera o cientista político André César, da Hold Assessoria Legislativa, que acompanha as movimentações do Congresso.

O analista Antônio Augusto de Queiroz, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), avalia que podem avançar propostas relacionadas ao meio ambiente, como o projeto que viabiliza a mineração em terras indígenas, em tramitação na Câmara.

– Há pressão do governo, que está com base suficiente para aprovar projetos, pelo menos na Câmara – destaca.

Professor da Fundação Getulio Vargas, o cientista político Eduardo Grin considera que o período que resta até o recesso será utilizado pelo governo e seus apoiadores para galvanizar o apoio do eleitorado conservador e atender segmentos específicos.

Integrante da base governista e próximo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o deputado Covatti Filho (PP-RS) acredita que o governo pode obter apoio para aprovar propostas como a mineração em terras indígenas. O parlamentar avalia que a polarização entre Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), verificada nas pesquisas eleitorais, pode se refletir no plenário e favorecer pautas do interesse do governo.

GZH
Mais notícias de política em gzh.rs/politica

Vice-líder da oposição, a deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS) ressalta que uma das prioridades do grupo é viabilizar a votação do projeto que trata das fake news, para que as regras tenham condições de valer durante o processo eleitoral. Para isso ocorrer, o texto deve passar pela Câmara e ser votado novamente no Senado. No início de abril, os deputados rejeitaram a urgência da matéria.

– Acredito que teremos condições de votar a urgência novamente ou criar uma comissão especial para votar em plenário em maio ou junho – afirma Melchionna.

Dono de uma base suficiente para aprovar a maioria das propostas de seu interesse na Câmara, o Planalto tem encontrado mais dificuldades no Senado. A liderança do governo na Casa está vaga há quatro meses, desde a saída de Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Carlos Viana (PL-MG) chegou a ser indicado ao posto, mas a nomeação ainda não foi publicada no Diário Oficial.

FABIO PIZZEBOM, AGÊNCIA BRASIL

Parlamentares deverão reduzir drasticamente os trabalhos no plenário após 18 de julho para se dedicar às campanhas

Na agenda

DEVERÃO SER VOTADOS

Pacote trabalhista
Deve conter uma medida provisória (MP) para ampliar a formalização do trabalho rural e outra MP ou projeto de lei com "eixos estruturantes", ainda não pormenorizada pelo governo

Mineração em terras indígenas
Tramitando desde 2020 na Câmara, o projeto define regras para lavra de recursos minerais, petróleo, gás natural e aproveitamento de rios para geração de energia elétrica nas reservas indígenas. Teve regime de urgência aprovado no mês passado

Piso da enfermagem
Estabelece valor mínimo a ser pago a enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares e parteiras por serviços de saúde públicos e privados em todo o país. Enfrenta resistência de prefeitos que pode ser superada por uma emenda articulada pelo deputado Fausto Pinato (PP-SP), cujo conteúdo prevê ajuda da União para o pagamento. Aprovado pelo Senado, tramita em urgência na Câmara

Mercado de carbono
Propõe a regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões, com mecanismo de compensação financeira para quem instituir projetos de redução da emissão de gases do efeito estufa. Em regime de urgência na Câmara

Licenciamento ambiental
Busca a flexibilização de normas e dispensa de licenciamento para algumas atividades. Aprovado na Câmara, depende de acordo no Senado para ir à votação

PODEM ENTRAR EM PAUTA

Projeto das fake news
Visa diminuir a disseminação de informações falsas ou enganosas, prevendo punição aos responsáveis. Aprovada no Senado, proposta foi modificada na Câmara e teve a urgência rejeitada, mas continua em debate. Embora governistas rejeitem o texto, poderão aproveitar o debate para se posicionar contra o que consideram "ameaça à liberdade de expressão"

Subsídio a combustíveis
Discutida pelo Palácio do Planalto, a medida visaria aliviar o efeito dos reajustes no combustível e no gás de cozinha. Impacto seria superior a R$ 100 bilhões, o que incomoda a equipe econômica. É visto, porém, como oportunidade para reduzir a rejeição de Bolsonaro junto ao eleitorado em geral e agradar aos caminhoneiros em particular. Ao chegar ao Congresso, seria encarado como prioridade

Novo Refis
Ainda não chegou ao Congresso. Deve prever refinanciamento de dívidas de empresas com a União. Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) anunciou que o texto deve ser encaminhado via MP

Educação escolar em casa
Permite que os pais eduquem os filhos em casa em vez de na escola. Agrada ao eleitorado evangélico, um dos nichos que mais apoiam o presidente Jair Bolsonaro, mas ainda há dúvidas sobre a aprovação caso seja pautado na Câmara

NÃO DEVEM SER APRECIADOS

Reforma administrativa
Proposta altera regras para o funcionalismo e a administração pública. Enfrenta resistências da oposição e de entidades ligadas aos servidores, e está longe de acordo que possibilite aprovação

Reforma tributária
Tramitando há quase três anos no Senado, está longe de consenso. Muda a tributação de setores da economia e impacta a arrecadação de Estados e municípios

Privatização dos Correios
Aprovado na Câmara, o texto autoriza a exploração dos serviços postais por empresas privadas e cria condições para a privatização dos Correios. Está parado no Senado, sem perspectiva de andamento

Reforma do IR*
Já passou na Câmara, mas está engavetada no Senado. Prevê correção da tabela do IR e taxação de dividendos, entre outros itens

*O governo ainda avalia editar MP reajustando a faixa de isenção do IR

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política **Pagina:** 6

Copyright © Clipclap 2025.